MANUAL PARA O XIX CONGRESSO NACIONAL DO PPS

GARANTIR A TRANSIÇÃO E AVANÇAR NAS REFORMAS

Brasília-DF | 2017

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
SCS Quadra 7, Bloco A, Salas 825 e 828
Edifício Executive Tower
CEP 70307-901 – Brasília-DF
Pátio Brasil Shopping – Setor Comercial Sul
Fone: (61) 3218-4123
www.pps.org.br | pps23@pps.org.br

FUNDAÇÃO ASTROJILDO PEREIRA (FAP)
SEPN 509 – Bloco D – Lojas 27/28
Ed. Isis CEP 70750-504 – Brasília-DF
Fones: (61) 3224-2269/3045-6916
Fax: (61) 3226-9756
www.fundacaoastrojildo.org.br
fundacao@fundacaoastrojildo.org.br

SUMÁRIO

Apresentação 5
Resolução Orgânica Nº 001/2017. 7

Algumas considerações 15
Prazos a considerar 16
Providências necessárias. 18
Registro de Chapas 19
O processo de votação 19
Escolha da Comissão Executiva. 20
Datas do Congresso (Zonal, Municipal, Estadual e Nacional). 21
Modelo I – Edital 22
Modelo II – Comunicado ao Juiz Eleitoral sobre o Congresso 23
Modelo III – Oficio de Notificação ao Filiado (se possível). . . 24
Modelo IV – Notificação Coletiva aos Filiados. 25
Modelo V – Requerimento para Registro de Chapa 26
Modelo VI – Ata do Congresso 27
Modelo VII – Ata da reunião do Diretório Municipal 29
Proposta de Resolução Política. 31
A mulher na política 52
Diretórios Estaduais. 57

APRESENTAÇÃO

O XIX Congresso do Partido Popular Socialista, PPS, foi convocado sob uma conjuntura extremamente complexa e que demandará de todos os seus filiados, militantes, mandatários e dirigentes um grande empenho para atravessarmos este período recheado de incertezas e grandes desafios.

Sua temática, "Garantir a Transição e Avançar nas Reformas" está sintonizado com a nova realidade imposta pelas "jornadas de junho", de 2013, quando manifestações populares, só comparáveis ao movimento das 'Diretas-Já!", tomaram as ruas de todo o país se levantando contra a corrupção, o desperdício e por políticas públicas eficientes e de qualidade.

Desde então, e graças a uma intensa pressão popular, de um lado, e as ações da Operação Lava-Jato, de outro, desvelando um dos mais insidiosos esquemas de corrupção que tinha a Petrobras como epicentro – mas que atingiu toda a estrutura do Estado –, resultou no *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, na prisão do presidente da Câmara, o deputado Eduardo Cunha, e no indiciamento das mais importantes lideranças dos grandes partidos, inclusive do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O centro de nossa política, em curto prazo, é garantir a transição e avançar na aprovação de reformas essenciais (como

a da Previdência e a trabalhista) para enfrentar a delicada e complexa crise em que o país está encalacrado, em todos os seus aspectos. Relembre-se que temos, no momento, cerca de 14 milhões de desempregados, estamos lentamente saindo de uma violenta recessão econômica e nunca na história deste país tivemos tanto descalabro com os recursos públicos, denunciados dentro da Operação Lava-Jato por procuradores, policiais federais, juízes e outras pessoas e instituições, e levados ao conhecimento dos brasileiros por praticamente todos os veículos de comunicação.

Sabemos que a crise que enfrentamos no momento é extremamente delicada, o que exige de cada um de nós serenidade e compromisso no fortalecimento do processo democrático e resgate dos valores republicanos, para que consigamos avançar, a partir das eleições gerais de outubro de 2018, para uma sociedade mais equânime, mais justa e fraterna.

Aproveitemos a oportunidade do XIX Congresso, para ampliarmos nossos conhecimentos e nossa visão sobre a política, caminho insubstituível para conduzir o Brasil rumo a novos patamares.

Deputado Roberto Freire
Presidente Nacional do PPS

Senador Cristovam Buarque
Presidente do Conselho Curador
da Fundação Astrojildo Pereira

RESOLUÇÃO ORGÂNICA 001/2017

NORMAS GERAIS DO XIX CONGRESSO DO PPS

Art. 1º – Fica convocado o XIX Congresso Nacional do PPS, a se realizar nos dias 08, 09 e 10 de dezembro de 2017.

Art. 2º – O Congresso terá a seguinte pauta mínima:

a) Discussão da proposta de Resolução Política do Congresso;

b) Discussão e aprovação de possíveis alterações no Estatuto e no Regimento Interno, caso surjam propostas a respeito;

c) Moções e Indicações;

d) Eleição do novo Diretório Nacional.

e) Assuntos Gerais

§ Único – A critério exclusivo das Comissões Executivas, outros assuntos poderão ser incluídos para discussão, desde que sugeridos por escrito, com 15 (quinze) dias de antecedência do início do Congresso, em cada instância.

Art. 3º – O processo congressual se desenvolverá por intermédio das mais diversas formas de participação, observando-se o seguinte cronograma:

– Municipais e Zonais, de 01 de junho a 30 de setembro de 2017;

– Estaduais, de 01 de outubro a 30 de novembro de 2017;

§ 1º – Os Núcleos Temáticos, Setoriais e Órgãos de Cooperação poderão participar do Congresso desde que venham

funcionando regularmente e cuja existência seja reconhecida pelos respectivos Diretórios Estaduais;

§ 2º – Para efeito deste artigo os Diretórios Zonais do Distrito Federal equiparam-se a Diretórios Municipais.

Art. 4º – Os Congressos em cada instância deverão ser antecedidos de seminários, fóruns, debates, encontros e outras atividades que visem a discussão do temário congressual, programados, convocados e realizados por iniciativa e sob a responsabilidade das instâncias partidárias.

Art. 5º – O evento congressual propriamente dito, com ata e livro de presença, terá sua programação e regimento definidos pela instância responsável por sua convocação.

Art. 6º – Uma Tribuna de Debates aberta a todas as pessoas interessadas em participar funcionará no portal do PPS, sites estaduais na Internet e por outras formas de divulgação. As colaborações terão no máximo 80 linhas e 70 toques, em corpo 12.

Art. 7º – Participarão do Congresso, com direito:

A) A voz e voto:

I – Nos Congressos Municipais de municípios em que não haja zonais: todos os filiados ao Partido no município, zonas eleitorais ou integrantes de Núcleo Temático ou Setorial e Órgãos de Cooperação, até 30 dias antes da data do Congresso, quites com suas obrigações partidárias, conforme artigos 8, 9, 10, 11 e seus parágrafos, do Estatuto Partidário;

II – Nos Congressos Municipais de capitais e em municípios com mais de um milhão de habitantes: os delegados eleitos de acordo com normas adotadas pela respectiva Direção Estadual, considerando as especificidades locais;

III – No Congresso Nacional – os delegados eleitos em cada Congresso Estadual, de acordo com a planilha anexa.

IV – Cada órgão de Cooperação Nacional, com organização e funcionamento, e reconhecido pela Nacional, como definido no Art. 3, § 1, indicará, em seus segmentos, 02 delegados para o Congresso Nacional, escolhidos em reunião específica de cada órgão de cooperação. Os atuais órgãos são: Diversidade, Igualdade 23, Mulheres e Juventude.

B) Apenas a voz:

I – Nos Congressos Estaduais: a) os filiados detentores de mandatos estaduais (ou distrital, no caso do Distrito Federal), com domicílio eleitoral no Estado (ou no Distrito Federal); b) os membros do Diretório Estadual e dos respectivos Conselhos; participantes de Núcleos Temáticos que não sejam filiados ao Partido e convidados pela instância dirigente;

II – No Congresso Nacional: a) os filiados detentores de mandato eletivo federal; b) os membros do Diretório Nacional e de seus respectivos Conselhos.

§ 1º – Qualquer uma das instâncias partidárias elegerá ao menos um delegado ao Congresso superior, segundo processo a ser estabelecido pelo Diretório a que se vincule.

§ 2º – As Direções Municipais, Zonais, de Núcleos (Setoriais ou Temáticos), Órgãos de Cooperação e Estaduais deverão informar à instancia superior respectiva, com antecedência de pelo menos 30 (trinta) dias, a data e local de realização do respectivo Congresso.

§ 3° – A quantidade mínima de presentes em Congresso para a eleição de cada delegado é de 10 (dez) filiados.

§ 4 – Cada representação estadual terá um mínimo de 05 delegados ao Congresso Nacional do Partido.

§ 5º – Cada Diretório informará às instâncias sob sua responsabilidade a regularidade da situação de seus integrantes, em especial quanto à presença deles nas reuniões naquela instância e cumprimento de suas obrigações financeiras.

§ 6º – Cada Diretório Estadual estabelecerá a quantidade máxima de delegados a ser atribuída a todos os órgãos e instâncias na sua jurisdição desde que atendam as condições previstas no artigo 35 do Estatuto do Partido.

§ 7º – Nos Congressos Zonais ou Municipais, nos quais não existam Diretórios, o filiado classificado como "inativo", nos termos do artigo 10, § 2º do Estatuto, no Sistema Integrado de Atividade Partidária (SIAP), do PPS, poderá participar do processo congressual desde que atualize sua situação financeira (anuidades pendentes), até as datas dos respectivos Congressos.

Art. 8º – O critério para definição do número de delegados para o Congresso Nacional será o resultado da média da votação da soma de votos dos deputados federais e estaduais, em 2014, acrescida da soma dos votos para vereadores, em 2016, nas respectivas Unidades da Federação, excetuando-se o Distrito Federal, que terá os votos de deputado federal, multiplicados por dois, somados ao de deputado distrital, em 2014, pelo fato de não haver eleições municipais. Excetuam-se os delegados dos Órgãos de Cooperação, como salientado no item IV, do Art. 7.

§ 1° – Para o Congresso Nacional, os delegados serão eleitos nos Congressos Estaduais, na proporção de 1 (um) para cada soma de 25.000 votos obtida pelo Partido, no Estado –

como definido no Art. 8º – acrescidos de mais 1 (um) delegado para cada deputado federal eleito.

§ 2° – Para os Congressos Estaduais, a definição do número de delegados será decidida pelo respectivo Diretório Estadual, não podendo deixar de ser consideradas as eleições para deputados federal e estadual, em 2014, e a de vereadores em 2016.

§ 3º Para os Congressos Municipais buscar-se-á a maior participação possível de seus filiados, tendo como norma um (1) delegado para cada três filiados, em cidades com menos de 50 mil habitantes; um (1) delegado para cada 5 filiados nas cidades que tenham entre 50 mil a 100 mil habitantes; um (1) delegado para cada 10 filiados, para as cidades com mais de cem mil habitantes.

Art. 9º – As direções partidárias deverão encaminhar à instância superior as resoluções adotadas assim como a relação dos delegados e seus suplentes, constando nome, CPF, endereço, número de telefone, E-mail e qualificação, até 5 (cinco) dias após a realização do congresso, sob pena de não serem credenciados seus delegados. Poderão ser utilizados os Correios, Fax ou Internet.

Art. 10 – São considerados pré-requisitos para a participação de filiados ou instâncias partidárias no processo congressual:

I – A legalização plena, nos termos da lei, dos Estatutos e das Resoluções Orgânicas do partido;

II – A quitação das respectivas contribuições financeiras, em todos os órgãos do partido, atualizados até a data dos congressos.

III – Será admitido, como prova do filiado, estar adimplente com o partido, no que tange ao cumprimento da obrigação referente ao pagamento da anuidade 2017 e anteriores, se existir, o fato de figurar como filiado ativo no SIAP.

Art. 11 – Poderá participar, desde que convidada, qualquer pessoa não filiada ao PPS em todas as instâncias e foros de debates, podendo, inclusive, ser escolhida como delegado ao congresso imediatamente superior.

§ 1º – Os delegados não filiados participarão, com direito a voz e voto, nas discussões e deliberações de ordem política, em qualquer dos níveis do Congresso, salvo nas eleições para as direções do partido.

§ 2º – Se desejar, o delegado não filiado poderá se filiar a qualquer momento durante os congressos e participar na sua plenitude como filiado, de acordo com o estatuto.

Art. 12 – As chapas concorrentes para os diretórios deverão ser inscritas conforme estabelecido pelo regimento de cada congresso e ser subscrita por, no mínimo, dez por cento (10%) do numero de votantes.

§ 1º – Só poderão ser inscritas chapas nas quais todos os membros, inclusive do Conselho Fiscal e do Conselho de Ética (se houver) sejam filiados ativos, assim como registrados no Portal do PPS e no SIAP.

§ 2º – Da mesma forma, só poderão ser inscritas chapas nas quais estejam sendo respeitadas as cotas por sexo.

§ 3º – Em qualquer hipótese, situação ou circunstância, o Diretório eleito, assim como o Conselho Fiscal e o Conselho de Ética, devem atender as condições previstas nos parágrafos anteriores deste artigo.

Art. 13 – Não serão admitidos o voto cumulativo e o voto por procuração.

Art. 14 – Caberá às Direções intermediárias convocar seu respectivo Congresso, com antecedência mínima de 30 dias, fixando normas suplementares para sua jurisdição, observadas as presentes disposições.

Art. 15 – As despesas com transporte, hospedagem, alimentação e organização do Congresso Nacional serão rateadas igualmente entre as Direções e delegados estaduais.

Art. 16 – Os casos polêmicos, ou não previstos nestas normas, serão decididos pelas respectivas Comissões Executivas, de cada instância, cabendo recurso ao plenário do Congresso.

Brasília, 25 de março de 2017

David Zaia
Presidente Nacional (interino)

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

1. No PPS, denominamos Congresso a um encontro dos filiados destinado a deliberar sobre as questões políticas do País e do mundo, ao lado de questões partidárias, inclusive a escolha dos membros que comporão o Diretório em cada uma de suas instâncias. O processo congressual se desenvolve por meio das mais diversas formas de participação, havendo necessidade de antecedê-lo, como forma preparatória, de ciclos e tribunas de debates, seminários, fóruns, etc. Para o XIX Congresso Nacional, aprovou-se que as plenárias deliberativas conclusivas sejam feitas nos dias 08, 09 e 10 de dezembro de 2017, de forma a haver maior tempo para discutir as questões essenciais e para eleger nossos dirigentes para o biênio 2018/2019.

2. Para os Congressos Municipais (Zonais, Temáticos ou Setoriais) estarão aptos a participar todos os que estejam filiados ao Partido no município (ou Zona Eleitoral), até 30 dias antes da sua realização. Somente é possível realizar Congresso Municipal obedecendo-se o número mínimo de filiados, estabelecido no Art. 32 dos Estatutos do partido.

3. O Congresso Estadual só poderá ser realizado se houver Diretórios ou Comissões Organizadoras Provisórias em pelo menos 20% do número total de municípios existentes no

estado. O Diretório Estadual (ou Comissão Organizadora Provisória) elaborará, com uma antecedência mínima de 30 dias, a resolução definindo a proporcionalidade para a escolha dos delegados a ser eleitos nos Congressos Estaduais (vide Resolução n° 001/2017).

4. Quanto ao Congresso Nacional, destina-se a estabelecer as grandes linhas da ação partidária, assim como a renovação do Diretório Nacional. Ele será regido pelas normas estabelecidas na Resolução Orgânica nº 001/2017.

5. O livro destinado ao registro das atas dos Congressos deve ter os termos de abertura e encerramento assinados pelo presidente do respectivo Diretório (ou Comissão Organizadora Provisória). Em 2017, conforme calendário fixado pelo Diretório Nacional, haverá Congressos em todos os níveis – municipal e ou zonal (de 01 de junho a 30 de setembro de 2017), estadual (de 01 de outubro a 30 de novembro de 2017) e nacional (nos dias 08, 09 e 10 de dezembro de 2017).

PRAZOS A CONSIDERAR

30 dias antes

I – É a data limite para que o eleitor possa ter sua filiação deferida, a fim de participar do Congresso com direito a voz e voto. Os não filiados, convidados pelos dirigentes para o Congresso e eleitos delegados, poderão se filiar sem a exigência desta data limite (**Art. 11, § 2°, Res. 001/2017**).

II – O Diretório Estadual (ou Comissão Organizadora Provisória) definirá, através de resolução, a proporcionalidade

para a escolha dos delegados a serem eleitos nos Congressos Zonais e Municipais (**Res. 001/2017**).

III – O Diretório Estadual (ou a Comissão Organizadora Provisória) deverá indicar o número de seus membros efetivos e suplentes (**Res. 001/2017**).

IV – Inicio do período de convocação dos membros do Partido com direito a voz e voto.

V – Deve-se solicitar, com a devida antecedência, a quem de direito, o local para realizar o Congresso, a fim de evitar atropelos de última hora. Podem ser solicitados: escolas públicas, câmaras de vereadores, teatros etc.

15 dias antes

Chamada geral de todos os filiados para tomarem conhecimento dos temas do XIX Congresso Nacional, impressos pelo Diretório Nacional.

A critério exclusivo das Comissões Executivas, em cada instância, outros assuntos poderão ser incluídos para discussão, desde que sugeridos por escrito com 15 (quinze) dias de antecedência do início do Congresso.

08 dias antes

I – Último dia para publicar o Edital de Convocação, assinado pelo presidente, e no qual deverão constar, além do dia, o horário, local e pauta do Congresso. Este edital deverá ser afixado na sede do Partido, no quadro de avisos do Cartório Eleitoral e onde for possível. Nas capitais e nos municípios com mais de um milhão de eleitores, aconselha-se que seja publicado em jornal de grande circulação (modelo I).

II – Encaminhar oficio à Justiça Eleitoral, comunicando dia, horário e local da realização do Congresso (modelo II).

III – Sempre que possível, todos os filiados com direito à ativa participação deverão ser comunicados pessoalmente (modelo III), o que poderá ser feito em uma notificação coletiva onde serão apostas as assinaturas, confirmando conhecimento (modelo IV).

IV – Convém lembrar que os filiados só terão direito a voto se estiverem em dia com a contribuição financeira fixada pelo respectivo Diretório e a anuidade fixada pelo Diretório Nacional, até 2017.

V – Deve-se dar ampla divulgação do evento na imprensa local (rádio, jornal, etc) e pelas redes sociais.

PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS

I – A relação atualizada com titulo e CPF dos filiados com direito a voto.

II – O livro de atas.

III – Convites aos partidos com quem temos afinidades políticas, visando às alianças nas eleições de 2018.

IV – Convites às autoridades políticas e sociais e a pessoas com destaque na sociedade.

V – A confecção da(s) chapa(s) para ser(em) colocada(s) à disposição dos congressistas.

REGISTRO DE CHAPAS

I – O registro de chapa completa (efetivos e suplentes), acrescida dos candidatos a delegados (efetivos e suplentes) dos membros dos Conselhos de Ética e Fiscal, e aos Congressos mais abrangentes, será requerido por escrito à Comissão Executiva ou Comissão Organizadora Provisória respectiva, por um número mínimo de filiados correspondente ao número de membros efetivos da chapa. Nenhum filiado poderá subscrever mais de uma chapa (modelo V).

II – O requerimento do registro de chapa poderá ser feito até à instalação do Congresso, mediante recibo da Comissão Executiva ou da Comissão Organizadora Provisória.

III – A composição da chapa deverá refletir proporcionalmente a pluralidade de opiniões, procurando ao máximo representar os segmentos sociais da respectiva jurisdição, assim como acomodar os interesses das várias lideranças existentes no Partido.

O PROCESSO DE VOTAÇÃO

I – Após verificar na lista oficial se o filiado está apto a votar, passa-se à assinatura na Lista de Presença, que será feita no próprio livro, antecedendo a lavratura das atas (modelo VI).

II – Abre-se, então, o período de votação para a escolha dos membros do Diretório.

III – O período de votação será o constante no Edital de Convocação e não deverá ser inferior a duas horas.

IV – O quorum a ser atingido para que sejam considerados os efeitos legais do Congresso é o número mínimo de filiados necessário à constituição do Diretório (Art. 32, do Estatuto do Partido).

V – Caso haja apenas uma chapa concorrente, esta será considerada eleita, em toda a sua composição, desde que alcance 20%, no mínimo da votação apurada.

VI – Havendo mais de uma chapa, os cargos serão distribuídos proporcionalmente ao número de votos obtidos por cada uma, observando– se o mínimo de 20%. Caso uma chapa não alcance os 20%, não será considerada para efeito do cálculo proporcional.

VII – Todas as chapas terão direito a indicar membro(s) para constituir a Comissão Eleitoral, que fiscalizará e fará o acompanhamento do escrutínio da eleição.

VIII – Os votos nulos e em branco serão considerados apenas para efeito de quorum.

IX – O Diretório eleito será considerado automaticamente empossado após a proclamação dos resultados do Congresso.

ESCOLHA DA COMISSÃO EXECUTIVA

No mesmo dia do Congresso, e logo após seu término, com a presença da maioria absoluta dos membros do Diretório, será escolhida a respectiva Comissão Executiva e seus suplentes, cujo número de membros será fixado pelo respectivo Diretório, obedecendo-se a seguinte composição básica:

I – um(a) presidente, um(a) secretário(a) e um(a) tesoureiro(a).

II – A ampliação dessa estrutura será definida pelo respectivo Diretório, que especificará os cargos a ser criados e a existência de vogais.

III – A ata de eleição da Comissão Executiva será redigida em livro próprio destinado às reuniões do Diretório (modelo VII).

Providências após o Congresso

I – Xerocopiar as atas das eleições do Diretório e da Comissão Executiva, autenticando e protocolando-as no Cartório Eleitoral.

II – Encaminhar por oficio à instância partidária imediatamente superior uma cópia das atas do Congresso, do Diretório eleito, da eleição da Comissão Executiva e dos delegados que representarão o Partido naquela instância. Na relação da Comissão Executiva e dos delegados deverão constar o número do Título e do CPF e também os respectivos endereços completos (com telefone, e-mail, etc), a fim de facilitar as comunicações do Partido com a Justiça Eleitoral.

III – Tornar público, através da imprensa, a composição do novo Diretório e da sua Comissão Executiva.

DATAS DO CONGRESSO

– **Municipais e Zonais**, de 01 de junho a 30 de setembro de 2017;

– **Estaduais e do Distrito Federal**, de 01 de outubro a 30 de novembro de 2017;

– **Nacional**, nos dias 8, 9 e 10 de dezembro de 2017.

MODELO I

Edital

Nos termos dos Estatutos partidários, e da legislação em vigor, ficam convocados, pelo presente edital, todos os filiados ao Partido Popular Socialista – PPS que tiveram suas filiações deferidas até o dia ..... de.....do corrente ano (*), neste Município (ou nesta Zona Eleitoral), para o Congresso Municipal (ou Zonal) que será realizado no dia.....de.....de 2017, com inicio às..... horas e encerramento às....., (declarar o local), na Rua.....nº....., nesta cidade, com a seguinte ordem do dia:

(I) Discussão da proposta de Resolução Política ao XIX Congresso e das contribuições oferecidas pela Tribuna de Debates e por outras formas.

(II) Eleição por voto direto e aberto, do Diretório Municipal (ou Zonal), que será constituído de..... membros e de..... suplentes.

(III) Eleição, por voto direto e aberto de delegados e respectivos suplentes ao Congresso Estadual.

(IV) Eleição, por voto direto e secreto, da Comissão Executiva e seus suplentes, pelo Diretório eleito.

Local e data

Presidente da Comissão Executiva
(ou Comissão Organizadora Provisória)

(*) A data do deferimento da filiação partidária deverá ser trinta dias antes da realização do respectivo Congresso.

– Este Edital deve ser publicado ou afixado no quadro de avisos do Cartório da Zona Eleitoral até, no máximo, oito dias antes da data marcada para o Congresso.
– Onde houver jornal, nele também deverá ser publicado o Edital.
– Outros itens poderão constar da Ordem do Dia.

MODELO II

Comunicado ao Juiz Eleitoral sobre o Congresso

Local, data.

Exmo. Sr. Dr. Juiz Eleitoral (ou Sra.)

Nos termos dos Estatutos partidários e da legislação em vigor, estamos comunicando a este Juízo Eleitoral, que será realizado no dia .....de ..... com início às .....horas e término às .....horas, (declarar o local), na rua n° ....., nesta cidade. O referido Congresso terá, entre outros itens, a eleição do Diretório Municipal (ou Zonal) e da sua respectiva Comissão Executiva. Comunicamos também que convocamos, por edital, todos os filiados ao Partido, com direito a voz e voto

Respeitosamente,

Presidente da Comissão Executiva
(ou Comissão Organizadora Provisória)

_____

_____

_____

_____

MODELO III

Oficio de notificação pessoal ao filiado (se possível)

Local, data.

Companheiro Fulano de Tal,

Pelo presente, fica o companheiro notificado da realização do Congresso Municipal (ou Zonal) do nosso Partido, para a discussão das questões vinculadas ao XIX Congresso do PPS, eleição do Diretório Municipal (ou Zonal) e suplentes, delegados e suplentes ao Congresso Estadual, bem como da Comissão Executiva, a ser realizado no dia.....de.....de 2017, às .. horas, (declarar local), na Rua....., n°..... e, ao mesmo tempo, fica convocado para sua efetiva participação, sem a qual não alcançaremos o êxito necessário.

Saudações democráticas e socialistas,

Presidente da Comissão Executiva
(ou Comissão Organizadora Provisória)

MODELO IV

Notificação coletiva aos filiados

Local, data.

Pelo presente, os filiados ao Partido Popular Socialista neste Município (ou Zona Eleitoral) ficam notificados da realização do Congresso Municipal (ou Zonal) para a discussão das questões vinculadas ao XIX Congresso Nacional do PPS, eleição do Diretório e seus suplentes, dos delegados e suplentes para o Congresso Estadual e para a eleição da Comissão Executiva, a ser realizado no dia ....de.....de 2017, às horas, (declarar local), na Rua Tal n°..... e, ao mesmo tempo, ficam convocados para dela participar, esclarecendo que para major brilhantismo do evento é indispensável a presença de todos.

Presidente da Comissão Executiva
(ou Comissão Organizadora Provisória)

_____

_____

_____

_____

Importante: Os filiados vão assinando a lista à medida que são notificados (fazendo isso sempre que possível, não sendo obrigatória).

MODELO V

Requerimento para registro de chapa

Ilmo. Sr. Presidente da Comissão Executiva (ou Comissão Organizadora Provisória) do Partido Popular Socialista – PPS, neste Município (ou nesta Zona Eleitoral).

Os abaixo-assinados, filiados ao Partido neste Município (ou nesta Zona Eleitoral), devidamente aptos a votar e ser votados no Congresso Municipal (ou Zonal), vêm, respeitosamente, requerer, na forma dos Estatutos partidários, o registro, para todos os fins e efeitos, da chapa completa de candidatos ao Diretório Municipal (ou Zonal) e suplentes, bem como de delegados e suplentes ao Congresso Estadual.

Chapa para o Diretório Municipal (ou Zonal):

Para efetivos
01. Fulano de tal
02. Sicrano da Silva, etc, etc (relacionar todos os nomes)
Para suplentes
01...
02... (todos os nomes)

Chapa para delegado(s) ao Congresso Estadual
01... (todos os nomes)
Para suplentes de delegados (igual ao número de titulares)
01 ... (todos os nomes)

Pede Deferimento. (Local e data)
(seguem as assinaturas)

MODELO VI

Ata do Congresso

Ata do Congresso do Partido Popular Socialista – PPS, no Município (ou Zona Eleitoral) de .....realizado em..... de.....de 2017.

Lista de Presença
(assinaturas dos filiados com direito a voto)

Aos.....dias do mês de.....do ano de dois mil e dezessete (2017), em Tal local, na Rua Tal nº Tal, nesta cidade, às tantas horas, presente o/a presidente da Comissão Executiva (ou Comissão Organizadora Provisória), ou quem o/a estiver substituindo, Sr. ou Sra. Fulano de Tal, e tendo como secretario o(a) Sr(a), foi considerada constituída, sob a presidência do/a primeiro/a, a Mesa Diretora do Congresso Municipal (ou Zonal) do Partido Popular Socialista, para fins constantes do Edital de Convocação, publicado (ou afixado) na forma dos Estatutos partidários. Iniciando os trabalhos, o(a) Sr(a). presidente declarou instalado o Congresso e abriu os debates sobre os temas do XIX Congresso Nacional do PPS. Em seguida, determinou que se passasse à votação, por voto direto e aberto. Esclareceu, antes, que foi(oram) registrada(s), em tempo hábil, chapa única, (ou chapa(s) concorrente(s)) que estava(m) sobre a mesa dos trabalhos. Os congressistas, após verificação dos que estavam aptos a votar, assinaram a lista de presença e votaram. (Dizer se durante a votação alguém usou da palavra e para que finalidade, ou então declarar que não foi apresentado nenhum protesto, reclamação ou impugnação. Registrar fatos que mereçam destaque). Às .. horas, o(a) Sr(a). presidente declarou encerrada a votação, depois de verificar que todos os presentes, com direito a voto, já haviam cumprido seu dever. Em seguida, convidou os(as) senhores(as) fulano(a) e sicrano(a) para, como escrutinadores, apurar os votos. Veri-

ficou-se que haviam votado tantos (dizer o número de) filiados, encontrando-se igual numero de cédulas na urna.

Procedida à apuração, sem que fosse apresentada qualquer impugnação (ou registrar as impugnações existentes), constatou-se que a única chapa concorrente (se for o caso) obteve tantos (dizer quantos) votos, portanto mais de 20% do número mínimo de filiados ao Partido no Município (ou Zona Eleitoral), sendo, pois, eleita em toda a sua composição. (Dizer ainda, se for o caso, o número de votos nulos e em branco). O(A) Sr.(a). presidente esclareceu que o número mínimo de filiados ao Partido no Município (ou Zona Eleitoral) é de..., e tendo votado.....foi plenamente atingido o quorum legal. Em consequência, o(a) Sr(a). presidente proclamou eleitos e, automaticamente empossados, para o Diretório Municipal (ou Zonal): 01 ..... (nome, profissão, CPF, titulo eleitoral), 02 ..... (nome, profissão, CPF, titulo eleitoral)... Para suplentes: 01 ..... (nome, profissão, CPF, titulo eleitoral)... Para delegados ao Congresso Estadual: 01... (nome, profissão, CPF, titulo eleitoral)... Para suplentes de delegados: 01-... (nome, profissão, CPF, titulo eleitoral)... Cumprida esta parte, o(a) Sr(a). presidente convocou os eleitos para o Diretório Municipal (ou Zonal) para se reunirem nesta mesma data e local às .....horas para a escolha da Comissão Executiva Municipal (Zonal) e seus suplentes. (Caso haja mais de uma chapa, a parte acima será substituída da seguinte forma): Constatou-se que as chapas registradas obtiveram a seguinte votação: Chapa 01 -... votos; Chapa 02 – votos. Tendo todas as chapas alcançado mais de 20% dos votos dos congressistas, procedeu-se ao cálculo para distribuição dos lugares, proporcionalmente ao número dos votos. À vista desse resultado e da colocação dos nomes nas chapas concorrentes, o(a) Sr(a). presidente proclamou eleitos, e automaticamente empossados – Para o Diretório Municipal (ou Zonal): 01.....Etc. Nada mais havendo a tratar, o(a) Sr(a). presidente declarou suspensos os trabalhos para a lavratura da ata. Reaberta a sessão, foi lida a presente ata que, achada conforme, foi aprovada e vai assinada por mim (fulano(a) de tal), secretário, e pelo(a) Sr(a)..... Presidente dos trabalhos.

MODELO VII

Ata da reunião do Diretório Municipal
(ou Zonal) de ...
(que elegeu a Comissão Executiva)

Lista de presença:

_____

_____

_____

_____

(assinam os eleitos para o novo Diretório)

Aos..... dias do mês de..... do ano de dois mil e dezessete (/ /2017), nesta cidade de....., às horas, na rua....., reuniu-se o Diretório Municipal (ou Zonal) do Partido Popular Socialista – PPS, com o fim especial de eleger, pelo voto direto e secreto, a sua Comissão Executiva, na forma do Edital publicado (ou afixado). Verificou-se que estavam presentes tantos (citar quantos) membros, havendo, portanto maioria absoluta para deliberar. O(A) Sr(a). Fulano de tal, como Presidente, declarou aberta a sessão, convidando para secretariá-la o(a) Sr(a). Sicrano. Esclarecendo a forma como seria procedida a eleição, o/a Sr./a Presidente suspendeu os trabalhos por ..... m i n u t o s para que os presentes elaborassem a chapa de sua preferência. Reabertos os trabalhos, foram chamados, nominalmente, os membros do Diretório que haviam assinado a lista de presença, para o ato de votação, deposi-

tando cada um a cédula de sua escolha na urna que se encontrava na mesa. Encerrada a votação, foram designados os(as) senhores(as) fulano/a e sicrano/a para servir como escrutinadores.

Assumindo o encargo, estes constataram que o número de cédulas coincidia com o número de votantes. Em seguida, passaram à apuração, que acusou o seguinte resultado: para a Comissão Executiva: Presidente, Sr(a) fulano(a) de tal, com tantos votos; Secretário, fulano(a), com tantos votos; Tesoureiro, beltrano(a), com tantos votos. (Se houver outros cargos, citar o eleito e o número de votos obtidos). Em face do resultado encontrado, foram considerados eleitos e automaticamente empossados os seguintes companheiros(as): para a Comissão Executiva – Presidente..... Secretário....., Tesoureiro....., para suplentes: ..... e o(a) vereador(a) (se houver) fulano(a) foi designado líder da bancada na Câmara Municipal e os(as) companheiros(as) .....e ....., designados delegados do partido para representá-lo perante a Justiça Eleitoral local. Como nada mais houvesse a tratar, foi encerrada a reunião. Para constar, eu lavrei a presente ata que vai assinada por mim, que secretariei os trabalhos, e pelo(a) Sr(a)..... que os presidiu.

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO POLÍTICA

GARANTIR A TRANSIÇÃO E AVANÇAR NAS REFORMAS

I – Globalização e antiglobalização

1 – Afirma-se no cenário internacional recente uma nova e preocupante configuração: ganha expressão política nos países desenvolvidos o movimento de contestação aberta ao processo de globalização, ao lado de ações de resistência e recusa de suas consequências indesejadas, particularmente no que se refere ao investimento e ao emprego. Os maiores exemplos dessa inflexão, até o momento, são a retirada do Reino Unido da União Europeia e a vitória eleitoral de Donald Trump nos Estados Unidos.

2 – Estas movimentações retiram sua força do descontentamento, da insegurança, do ressentimento e da desesperança de grandes massas de trabalhadores de indústrias tradicionais alijados do emprego ao longo das últimas décadas por força, de um lado, do avanço tecnológico na robótica e na informática e, de outro lado, da competição com as fábricas exportadas para os países periféricos. Sua vitória no país hegemônico em termos econômicos e militares, ao lado de seu avanço nos países europeus, abre a porta para cenários sombrios, de incerteza e risco para os avanços recentes ocorridos no mundo, em termos de avanço da democracia e redução da pobreza.

3 – A maior parte do protagonismo político neste novo cenário se concentra em lideranças, partidos e programas nacionalistas e conservadores, situados à direita do espectro político. No entanto, há setores importantes da esquerda europeia e norte-americana, inclusive das esquerdas novas, desvinculadas dos partidos tradicionais, que partilham com a nova direita conservadora a nostalgia da época em que os conflitos de classe estavam circunscritos aos Estados nacionais e podiam ser equacionados no interior de seus limites. Há uma esquerda estatista e nacionalista, para a qual a globalização é apenas o novo nome do imperialismo e o retorno ao passado não apenas é possível como desejável.

4 – Neste quadro, o PPS reafirma seu entendimento histórico a respeito do processo de globalização. Trata-se de um processo objetivo, decorrente da revolução científica e tecnológica que vivemos há décadas. No entanto, suas consequências econômicas e sociais não estão pré-determinadas, mas dependem de embates e acordos políticos, que refletem interesses e motivações diferentes e opostas. A emergência da China como potência econômica mundial, o crescimento da Coreia, da Índia e, mais recentemente, do Vietnam, da Indonésia e das Filipinas, com a consequente retirada de milhões de pessoas da miséria, foram a contrapartida do declínio da indústria nos Estados Unidos e na Europa. A revolução na informação deu ao capital uma mobilidade inédita na história, concomitante à redução dos poderes dos Estados nacionais sobre a sua agenda. A inserção dos diversos países nesse fluxo móvel de capitais passou a ser condição necessária a seu sucesso econômico e, consequente-

mente, cresceram os custos econômicos e sociais da autarquia e do isolamento.

5 – No médio prazo, portanto, políticas de fechamento econômico, que consideram o comércio em particular e as relações internacionais de forma geral como um jogo de soma zero estão fadadas ao fracasso. Conforme a experiência recente, tais processos autárquicos submetem as populações a um processo progressivo de pauperização e afastam os países que as adotam do centro da inovação científica e tecnológica no mundo. Em condições de normalidade democrática, não seriam eleitoralmente sustentáveis.

6 – No entanto, consequências eleitorais resultantes de situações de alta complexidade são de difícil previsão. Já é perceptível o aumento do chauvinismo e da xenofobia na Europa e nos Estados Unidos, aumento relacionado ao crescimento político de candidatos que sustentam a agenda isolacionista. O belicismo segue o mesmo caminho, acolhido com destaque no programa do governo Trump. Cruzar a fronteira da democracia na direção de saídas autoritárias é, portanto, uma possibilidade real para a direita nacionalista e conservadora, na Europa e nos Estados Unidos.

7 – A inviabilidade dessa estratégia, no entanto, mesmo no curto prazo, é evidente. Nenhum dos grandes problemas atuais pode ser resolvido apenas com o esforço dos Estados nacionais no interior de suas fronteiras. A globalização acentuou os nexos de interdependência entre Estados e sociedades ao redor do mundo. Todos dependem para sua resolução de cooperação internacional, com destaque para a regulação do comércio mundial; o combate ao crime, particularmente

no que se refere ao tráfico de pessoas, armas e drogas, além da lavagem de dinheiro; a proteção dos direitos humanos; assim como o desenvolvimento científico e tecnológico. É esse também, principalmente, o caso do enfrentamento dos problemas ambientais e de sua prevenção e, nesse rumo, a pactuação de uma transição para uma economia com baixo teor de carbono. Afinal, os mecanismos de deterioração do meio ambiente nunca respeitaram as fronteiras nacionais.

8 – O mesmo ocorre com as novas questões, que o desenvolvimento do processo de globalização leva ao centro da agenda internacional. A regulação pactuada da mobilidade de capitais; a intensificação dos fluxos migratórios, seja à procura de trabalho, seja em razão da guerra, doença ou fome nos países de origem; a expansão do terrorismo islâmico; e as ameaças à paz mundial que resultam dessa conjuntura, como a guerra na Síria, a escalada de tensões na península coreana e a aliança russo-norte-americana que se configura após a eleição de Trump; todas essas questões exigem, para seu eficaz enfrentamento, não a ameaça recíproca de intervenção militar, mas a abertura permanente para a negociação.

9 – Nessa perspectiva, resulta claro que no processo de globalização, interesses e valores entram em choque, choques que estão na raiz dos conflitos políticos e militares que vivemos. No entanto, o avanço recente de posições políticas belicistas na Europa e nos Estados Unidos constitui um fator agravante dessas tensões, que eleva o risco de um desfecho militar das diversas crises e constitui, por si, nova ameaça à paz mundial.

10 – Por tudo isso o PPS mantém sua crítica à política externa de corte terceiro mundista, em favor de uma política

alternativa, em prol da retirada de barreiras ao comércio internacional e da integração cada vez maior, econômica, social e cultural, entre os países. Uma política, portanto, de combate ferrenho ao chauvinismo, ao belicismo, à xenofobia e ao isolamento nacional. Uma política que tenha como norte o fortalecimento e a democratização dos organismos internacionais, a resistência ao hegemonismo das grandes potências e o avanço das políticas de integração regional.

II – As mudanças no mundo do trabalho

11 – A dinâmica do desenvolvimento científico e tecnológico, contudo, guarda autonomia em relação aos conflitos políticos nacionais em torno das consequências do processo de globalização. O ritmo da inovação prossegue acelerado e acumula impactos profundos, e por vezes devastadores, sobre a organização do mundo do trabalho.

12 – Categorias inteiras de trabalhadores são substituídas por máquinas; dissemina-se o uso de impressoras em 3D, cada vez mais baratas e eficientes, para a produção de objetos de todo tipo; a disponibilidade de informação em tempo real permite a comercialização de frações de uso de veículos de transporte e de residências, como ocorre com o Uber e a Airbnb. O trabalho se fragmenta: em vez de vínculos permanentes com uma empresa, mediados por contratos, para a realização de um só tipo de atividade, padrão que está na base dos sistemas sindicais e previdenciários atuais, uma nova situação tende a ser mais frequente: a multiplicidade de trabalhos temporários simultâneos.

13 – A condição de trabalhador autônomo tem mais afinidade com esse novo mundo que o ideal do passado recente

de uma só atividade, um só contrato, com apenas uma empresa, do começo ao fim da vida produtiva. No entanto, é preciso reformar a legislação trabalhista, a representação sindical e o sistema previdenciário para incorporar os novos tipos de trabalhador que surgem e se disseminam.

14 – Fragmentação e descontinuidade do trabalho caminham ao lado de tendências opostas no campo da educação. A nova situação demanda cada vez mais uma educação permanente. A maior parte das profissões atuais desaparecerá em alguns anos, de modo que as pessoas devem ser preparadas para aprender a realizar diferentes atividades. Um conteúdo torna-se fundamental: a capacidade de aprender – e essa capacidade deve ser exercitada ao longo da vida inteira.

III – Mudanças no mundo da política

15 – Também o mundo da política sofre o impacto da globalização e da disponibilidade irrestrita de informação em tempo real. A primeira consequência observada foi a mudança significativa do mapa das posições políticas nos países democráticos.

16 – No decorrer do século XX, a tendência nesses países foi de simplificação das posições políticas relevantes. Na direita, houve um processo de fusão entre os partidos liberal e conservador. Na esquerda, o modelo socialdemocrata tornou-se dominante.

17 – A partir dos anos 1970, contudo, o campo das posições políticas foi alterado pela necessidade de posicionamento, à esquerda e à direita, perante o processo de globalização. O campo da direita dividiu-se entre liberais extremados e conservadores nacionalistas. No campo da esquerda, aprofun-

dou-se a divisão entre cosmopolitas, herdeiros das tradições internacionalistas, e nacionalistas.

18 – Ou seja, os eixos esquerda/direita e nacionalismo/cosmopolitismo dividem o mapa da política dos países democráticos em quatro quadrantes. Nesses países, na operação da política, as alianças se formam alternadamente segundo um ou outro critério. Em certos momentos, predomina o eixo cosmopolitismo/nacionalismo; e vemos governos inteiramente cosmopolitas, como o da Alemanha dos últimos anos, que reúne conservadores e socialdemocratas; ou governos que representam alianças entre a esquerda e a direita nacionalistas, como o primeiro governo do Syriza, na Grécia. Em outros, predomina o eixo esquerda direita, e vemos governos de partidos ou coalizões que reúnem liberais e nacionalistas, como o governo conservador britânico, enquanto a "Geringonça" portuguesa, que governa desde o final de 2016, resulta de um acordo de todo o campo da esquerda.

19 – A segunda consequência do processo de globalização na política incidiu sobre a forma da representação política, pondo em cheque o modo de operação tradicional dos partidos políticos. O acesso de massas à informação tem sido a condição das enormes manifestações que se sucedem neste século. Houve a primavera árabe, o movimento dos indignados na Espanha, o "ocupar Wall Street" americano, para mencionar alguns dos mais importantes. Democracia foi a reivindicação fundamental dessas manifestações. A implantação de regras democráticas onde estas não existiam e o aperfeiçoamento da representação onde já havia democracia. O fato é que a condição da mobilização é a operação das redes sociais,

de modo, que movimentos desse porte se tornaram uma possibilidade permanente.

20 – Nos países democráticos a agenda passa, portanto, pelo aperfeiçoamento da representação. Mesmo quando os movimentos não resultam no surgimento de novos partidos, demanda-se a prestação de contas permanente de representantes para seus representados e a democratização das estruturas partidárias, com propostas como a adoção de mandatos "coletivos", a proibição de reeleição para qualquer cargo e, até mesmo, o uso do sorteio parar o preenchimento de certas posições.

IV – Da euforia à crise: o trajeto brasileiro nos últimos anos

21 – Durante a vigência da Carta de 1988 dois projetos alternativos de esquerda ganharam corpo no Brasil. O primeiro, parcialmente implementado no governo de Fernando Henrique Cardoso, pode ser chamado de projeto reformista. Podemos chamar o segundo, implementado a partir do final do governo Lula e nos dois mandatos de Dilma Rousseff, de projeto compensatório.

22 – O projeto reformista parte de uma premissa simples: o Estado brasileiro foi formatado, ao longo de sua história, para a preservação, por ação e principalmente por omissão, dos privilégios dos grupos dominantes. Ao se aceitar a democracia como único caminho possível e desejável de mudança, superar tais privilégios passou a significar reformatar o Estado, de forma a inverter o sentido de sua ação. Daí a necessidade de diferentes reformas, cujo conjunto foi chamado pelo PPS de "reforma democrática do Estado".

23 – O projeto compensatório, por sua vez, considera fundamental a construção de um pacto, com a participação do Estado, empresários e representantes dos trabalhadores e dos movimentos sociais. Conforme esse pacto, o Estado tomaria as providências necessárias para garantir o lucro dos empresários e caberia a estes a responsabilidade pelo investimento, o emprego e o salário. Os trabalhadores excluídos do sistema teriam acesso a uma rede de compensações e benefícios diversos garantidos pelo governo.

24 – O modelo compensatório, justificado com argumentos da tradição keynesiana e cepalina, tem como premissa a capacidade quase ilimitada de intervenção do Estado, como investidor e como indutor do investimento privado e como inspiração a era de ouro do Estado de Bem-estar social europeu, durante a qual um pacto semelhante teve sucesso. Desconsidera, no entanto, a crise desse modelo na Europa, desde pelo menos a década de 1970, em decorrência da sua crise fiscal e, posteriormente, das consequências da globalização. Desde então, os governos perderam progressivamente as condições de garantir o lucro das empresas; as empresas, por sua vez, não puderam mais garantir uma tendência de crescimento do emprego e do salário; e a rede de segurança passou a enfrentar problemas crescentes de financiamento e gestão.

25 – Cumpre lembrar que o PT, embora crítico duro do governo de Fernando Henrique Cardoso, havia, aparentemente, alterado sua posição a partir da campanha eleitoral de 2002. Aceitou o Plano Real, comprometeu-se com a manutenção da estabilidade econômica, calou-se sobre as privatiza-

ções e, uma vez no governo, iniciou uma política de reformas, com apoio do PPS, no governo, e do PSDB, na oposição.

26 – Cedo, no entanto, abandonou o caminho das reformas. Em 2004, pressionado por seus aliados conservadores, abortou a proposta de reforma política que havia tramitado até então com seu apoio, pronta para entrar em pauta no plenário da Câmara dos Deputados. Sustentado nos ganhos obtidos pelo governo anterior e por uma conjuntura externa favorável, abandonou, aos poucos, a agenda reformista e, após a crise de 2008 iniciou uma inflexão na política econômica, assumida por completo no primeiro mandato de Dilma Rousseff sob o nome de "nova matriz econômica".

27 – Hoje, é evidente o fracasso rotundo da nova matriz, assim como do projeto compensatório de que era parte. Vulnerável ao impacto concomitante de uma crise ética, uma crise econômica e uma crise política, o governo Dilma foi abreviado por decisão do Congresso Nacional, segundo rito aprovado pelo Supremo Tribunal Federal.

28 – Antes da análise dessas três crises e do processo de *impeachment* delas resultante, vale lembrar o primeiro e mais sério revés sofrido pelo governo: as jornadas de junho de 2013. Naquele momento, as ruas foram tomadas por uma sequência de manifestações, as mais importantes havidas no país desde a campanha das "Diretas Já". Sua eclosão e sustentação foram inesperadas, pois nada houve anteriormente que indicasse o grau de descontentamento que nelas se manifestou. A situação econômica já comprometia o crescimento, dando alertas de risco há algum tempo, mas os resultados desastrosos da nova matriz não haviam ameaçado ainda o em-

prego. O desemprego era baixo e a renda média dos trabalhadores mantinha-se mais elevada que nos anos anteriores. Do ponto de vista ético, o lento desenrolar do processo do Mensalão exacerbou a insatisfação antiga e generalizada da população com o sistema político. Mesmo assim, do ponto de vista político, apesar das rusgas de sempre, a coalizão governamental parecia sólida.

29 – No entanto, em pouco tempo, manifestações convocadas em torno de reivindicações relacionadas à mobilidade urbana repetiram-se com um comparecimento cada vez maior e uma pauta de reivindicações também crescente. O que demandavam os manifestantes? Em primeiro lugar, mobilidade urbana, depois segurança pública, particularmente contra a violência policial, finalmente, antes de serem dissolvidas pela guerra entre policiais militares e partidários da ação direta, saúde e educação. Ironicamente, depois de 10 anos de governos que se apresentavam como de esquerda, os cidadãos pediam a ação do Estado. Reclamavam contra a ausência do Estado como planejador urbano e como provedor e regulador do fornecimento de serviços de segurança, saúde e educação à população. Se contarmos o repúdio manifesto ao sistema político, sua agenda poderia ser expressa nas palavras de ordem de "reforma política" e "reforma democrática do estado".

30 – A partir de 2013, as três crises mencionadas se intensificaram, seu cronograma e andamento foram convergindo e suas consequências foram mutuamente potencializadas. A vitória eleitoral de 2014 foi uma "vitória de Pirro" e o seu resultado imediato foi convencer os eleitores que a campanha governista havia sido deliberadamente enganosa. Logo após a

posse e os primeiros atos do governo passou a ficar claro para uma extensa maioria que o governo estava estabelecendo um rumo oposto ao prometido na campanha. Paralelamente, os primeiros resultados da operação Lava-Jato mostraram o funcionamento de um sistema de corrupção muito mais extenso, complexo e duradouro que o precedente do Mensalão. Foi o suficiente para o desencadeamento de uma campanha a favor do *impeachment* da presidente.

31 – Paralelamente, a crise econômica ganhou intensidade. Os grandes grupos empresariais do país, aliados do governo desde 2002, beneficiados com favores governamentais de todo tipo, concedidos de forma abundante, embora discricionária, mostravam preocupação. A crise não poderia chegar ao extremo do caos, na economia e na ordem pública. Vocalizaram para o governo a necessidade de uma política de ajuste fiscal, de modo a proceder à recomposição das contas públicas. O governo tentou implementar essa política, contra a oposição permanente de grande parte de sua base parlamentar. No momento em que ficou clara a incapacidade de o governo levar a cabo essa política, o chamado "PIB" brasileiro aderiu à tese do *impeachment*.

32 – Finalmente, a oposição empresarial ao governo encontrou eco no PMDB e nos partidos conservadores da coalizão governamental. Na esteira de um crescendo de desentendimentos uma aliança de doze anos foi desfeita. A partir de então, a vitória do *impeachment* foi apenas uma questão de tempo.

33 – O governo Temer assume, portanto, com um mandato claro: proceder ao ajuste fiscal, implementar as reformas necessárias para tal, principalmente a reforma da previdência,

estancar a recessão e retomar o crescimento. Essa agenda interessa evidentemente aos empresários, mas interessa também aos trabalhadores e às camadas mais pobres da população, que seriam claramente os mais prejudicados com a continuidade e agravamento da crise. Aprendemos, desde o Plano Real, que estabilidade econômica é condição de qualquer política de equidade. Tivemos no governo Dilma a prova reversa dessa afirmação: o fim da estabilidade causa aumento da pobreza e da desigualdade. Em síntese, a agenda Temer tem um aspecto progressista, que justifica o apoio e a participação da esquerda e do PPS no seu governo.

34 – No entanto, os pontos de confluência não podem ser usados para mascarar as fontes de conflito no interior da aliança que sustenta o governo. Primeiro, aceitar uma política de ajuste fiscal implica reconhecer que o acesso ao dinheiro público passa a ser um jogo de soma zero. Mais recursos com uma finalidade implicam necessariamente menos recursos para outra. Não por acaso lideranças corporativas do meio empresarial manifestam-se hoje pela manutenção de subsídios diversos pagos com recursos públicos. Em que pese vários setores entenderem essa reivindicação como progressista, ela concorre com o déficit secular do Estado, que pesa sobre a grande maioria dos brasileiros mais pobres e deve, em linhas gerais, ser recusada na perspectiva de um programa de governo da esquerda reformista.

35 – Além disso, a questão da reforma democrática do Estado, que levou milhares de brasileiros às ruas em 2013, tende a ser encarada de maneira limitada pelo governo. Sua principal tarefa é a restauração da estabilidade econômica, de

modo que toda reforma passa pelo crivo de sua contribuição para esse objetivo. A reforma da previdência tem o seu foco na economia de recursos públicos de modo a dar sustentabilidade ao sistema. Está correto, é um avanço, mas há mais a ser feito nessa área, na perspectiva de maximizar a equidade e a sustentabilidade do sistema. A reforma tributária terá como centro o aumento da arrecadação e talvez a simplificação do sistema. Avançará, no entanto, na tributação dos dividendos, das grandes fortunas, na substituição do caráter regressivo do sistema atual por um outro no qual os ricos paguem proporcionalmente mais que os pobres? Poderá o PMDB e os partidos conservadores que passaram pelo governo do PT formular uma política de planejamento urbano que reduza o peso do transporte individual e aumente a importância do transporte coletivo? Há no horizonte do governo Temer uma política de segurança pública que reconheça a violência policial como parte do problema? Sabemos que a resposta a essas e a outras perguntas análogas tende a ser negativa.

36 – O ciclo político que tem início com o *impeachment* de Dilma Rousseff se encerrará com as eleições de 2018. Quais são os cenários previsíveis? Em termos econômicos, os dados indicam até o momento para o sucesso da política de recuperação. A expressiva queda da inflação, a tendência à queda nas taxas de juros, a retomada, ainda tímida, do crescimento, apontam nessa direção. Se tudo, inclusive a aprovação das reformas, ocorrer no cronograma esperado pelo governo, os indicadores positivos poderão chegar até à reversão do quadro de desemprego. Nesse caso o governo terminaria seu mandato com algo semelhante a um Plano Real em pequena escala

nas mãos. Em condições do século XX isso seria mais do que suficiente para eleger o novo presidente. Hoje, contudo, o leque das demandas é mais complexo.

37 – Se o quadro econômico aponta para um futuro cada vez menos incerto, o oposto ocorre no que respeita ao quadro político. A imprevisibilidade reina nesse ponto. A qualquer momento, o governo Temer pode encontrar seu fim na decisão do Supremo Tribunal Federal sobre irregularidades cometidas na campanha. A operação Lava-Jato segue seu curso e não sabemos ainda quais os nomes que serão atingidos nos próximos meses, nem se haverá tempo para sua exclusão do jogo eleitoral ou para sua reabilitação junto à opinião pública. O fato é que ficam cada vez mais escassos os nomes de partidos e candidatos não mencionados nos trabalhos da Lava-Jato. Não é possível prever ainda o impacto eleitoral da divulgação dos resultados da Lava-Jato sobre os principais partidos. Uma possibilidade real é a debacle eleitoral de todos os partidos mencionados, como já ocorreu em parte com o PT nas eleições de 2016. O mesmo vale para todos os candidatos tradicionais dos maiores partidos.

38 – Examinemos o quadro eleitoral à luz dos quatro quadrantes da política democrática no mundo globalizado. Vemos, em primeiro lugar, o surgimento de uma candidatura até o momento competitiva, no campo da direita conservadora, algo inédito na vigência da Constituição de 1988. Bolsonaro vocaliza o nacionalismo estatista, conectado com a política econômica do regime militar; o conservadorismo nos costumes; e o autoritarismo na política. Tudo em sintonia com seus similares europeus.

39 – A direita liberal no Brasil, embora com representantes em diversos partidos, tem sido historicamente representada pelos Democratas e por seu antecessor, o PFL. Nas eleições presidenciais tem acompanhado as candidaturas do PSDB, em razão da aliança desses partidos no governo de Fernando Henrique e na oposição aos governos de Lula e Dilma Roussef. O PSDB, por sua vez, representou mais claramente essa corrente política nos momentos do seu percurso em que se afastou do lado social das políticas sociais-liberais de Fernando Henrique para restringir-se às propostas econômicas, principalmente aquelas de ajuste e responsabilidade fiscais. É possível, portanto, que, mais uma vez, um candidato do PSDB canalize o voto desse quadrante.

40 – Com as hesitações e, até certo ponto, a retirada do PSDB desde que se viu na oposição, o campo da esquerda cosmopolita está pouco povoado no momento. Vimos que o PT ensaiou por um breve momento reivindicar o protagonismo no seu interior. De forma semelhante, a REDE, de Marina Silva, tenta abordar sua agenda pelo lado da sustentabilidade. No entanto, para parte importante da expressão parlamentar da REDE, sustentabilidade é apenas um adendo moderno a concepções de Estado, economia e política características da esquerda tradicional. Assim como o PSDB transita entre os campos da esquerda e da direita cosmopolitas, a REDE se locomove entre a esquerda nacionalista e estatista e um campo de esquerda cosmopolita, centrado na sociedade civil. Resta como ator possível nesse campo, o PPS. Talvez seja o partido com maior clareza acerca dos impasses que uma esquerda moderna deve enfrentar, em razão de sua história, mas não conseguiu, nas eleições

recentes, densidade político-eleitoral suficiente para a apresentação de candidaturas próprias e a demarcação pública de suas posições. No entanto, o fracasso sucessivo do PT e do PSDB em representar esse campo de forma consequente, assim como as limitações reveladas por outros partidos para fazer o mesmo, abre espaço para uma atuação mais incisiva do PPS nesse rumo. Nesse sentido, a candidatura própria a Presidente da República é uma possibilidade que não pode ser descartada com vistas à eleição de 2018.

41 – O campo da esquerda nacionalista e estatista tem o PT como seu principal expoente. Seu candidato será Lula, na medida em que sua situação de investigado na operação Lava-Jato assim o permita. Nesse campo disputam espaço também o PSOL e o PDT, com a candidatura de Ciro Gomes exposta à opinião pública. A proposta de campanha desse campo está expressa em recente manifesto de intelectuais de apoio à candidatura Lula: a retomada do programa de campanha de Dilma em 2014.

42 – Finalmente temos a maior parte do PMDB e os demais partidos que integram o chamado "centrão". Políticos tradicionais, educados na distribuição de benefícios com recursos públicos, de rala identidade ideológica, transitam com facilidade pelos quatro quadrantes analisados. Apoiaram os governos do PT e, antes, os do PSDB. Podem até se aliar a Bolsonaro, por intermédio das bancadas religiosas. Entretanto, em razão da aliança do presidente Temer com o PSDB, também pode se gestar uma frente construída em torno de uma plataforma de centro-esquerda cosmopolita. No entanto, tudo indica que o PMDB e o PSDB estarão entre os

setores mais atingidos pela renovação eleitoral que a Lava-Jato propiciará.

43 – Nesse quadro o PPS deve, da definição de sua política de alianças para as eleições, considerar três pontos relevantes. Primeiro, a possibilidade real de redução do espaço de convergência com o governo Temer depois da aprovação das reformas trabalhista e previdenciária, à medida que uma segunda leva de reformas (política e tributária) entre na agenda. Segundo, a flexibilidade como diretriz necessária para enfrentar a complexidade do quadro eleitoral. Isso implica evitar toda estratégia fundada na bipolaridade, uma vez que há interfaces diferentes de discussão com atores dos vários campos mencionados, com exceção da direita conservadora. Terceiro, o uso inteligente da regra dos dois turnos nas eleições, que permite combinar um momento de afirmação da identidade política do partido com outro de construção de amplas alianças interpartidárias.

Programa do PPS 2017/2018

O PPS considera que um programa democrático, reformista e de esquerda deve, na conjuntura atual, se fundamentar nos seguintes pontos:

Uma visão positiva, embora crítica, do processo mundial de globalização como indutor de mudanças históricas e irreversíveis em todas as dimensões da vida social. Ao mesmo tempo, é preciso construir e apoiar políticas que visem a redução dos impactos negativos dessas mudanças sobre os setores sociais mais frágeis.

A globalização só será uma fase positiva da história da humanidade se estiver concatenada com uma visão cosmopolita do mundo, o que supõe avanços políticos democratizantes nas relações internacionais e a consolidação de governos democráticos ao redor do mundo.

Manter a crítica a uma política externa de corte terceiro-mundista em prol da retirada de barreiras ao comércio internacional e da integração cada vez maior entre os países, rechaçando igualmente o chauvinismo, o belicismo, a xenofobia e a isolamento nacional, com o intuito de favorecer a democratização dos organismos internacionais, a resistência ao hegemonismo das grandes potências e o avanço das políticas de integração regional.

Em função do impacto das mudanças tecnológicas no mundo do trabalho é preciso reformar a legislação trabalhista, a representação sindical e o sistema previdenciário para incorporar os novos tipos de trabalhador que surgem e se disseminam; é preciso assumir uma atitude de autêntica e permanente reforma das instituições e da legislação, procurando promover e garantir uma maior adaptação dos trabalhadores a essa nova situação.

No plano político, há uma crise na democracia e não uma crise da democracia. A globalização e as mudanças tecnológicas alteraram o mapa político bem como a forma convencional de como a política era feita no século XX. A explosão das comunicações on-line em redes se alastrou e passou a exigir uma "nova política", entendida como uma luta por mais democracia, alterando formas de representação e operação da política.

No caso brasileiro deve-se anotar o esgotamento de dois projetos que estiveram no poder depois da redemocratização. O projeto reformista dos governos FHC e o projeto compensatório dos governos Lula e Dilma. Tal esgotamento faz com que o país busque atualmente uma nova alternativa para o seu presente e o seu futuro, partindo dos anseios que se expressaram desde as "jornadas de 2013" nas quais se propunham reformas para a melhoria da vida das pessoas.

O *impeachment* que colocou fim ao governo Dilma Rousseff, alicerçado na comprovação dos desmandos praticados, foi uma demanda da sociedade e das forças políticas objetivando superar uma crise devastadora que se abateu sobre o país. O governo Temer é, portanto, derivado dos ditames constitucionais e se mantem dentro dos quadros do regime democrático estabelecido pela Carta Constitucional de 1988, sob o amparo das instituições políticas da República.

O governo Temer se configura, portanto, em um governo de transição para o país se equilibrar e chegar em melhores condições às eleições presidenciais de 2018. Suas tarefas fundamentais são realizar o ajuste fiscal, implementar as reformas necessárias para estancar a recessão, retomar o crescimento e garantir estabilidade. Em síntese, a agenda Temer tem um aspecto democrático e progressista que justifica até aqui o apoio e a participação da esquerda e do PPS no seu governo.

Os desafios a serem enfrentados pelo governo Temer em torno da agenda de reformas coloca claramente os pontos e o terreno no qual deve aparecer a distintividade de um projeto de esquerda democrática para o país. É em torno de um gran-

de projeto de “reforma democrática do Estado” que se deve pautar o debate e os encaminhamentos que estão colocados nas reformas da previdência, na reforma tributária e na reforma política.

Nessa agenda de segundo momento de reformas, o PPS deve prosseguir nas diretrizes que defende historicamente. No caso da reforma política, o aperfeiçoamento da representação, por meio da atualização das bancadas de deputados de cada unidade da Federação, da mudança da regra eleitoral no sentido do voto em lista fechada e do sistema distrital misto, da mudança das regras de financiamento de campanha e, finalmente, da transição em direção ao parlamentarismo.

No que se refere à reforma tributária, o PPS deve pugnar pelo retorno da tributação sobre dividendos e, de maneira geral, pugnar pelo sentido progressivo dos impostos; além do aumento da simplificação, transparência e desconcentração do sistema tributário.

Diante dos possíveis cenários nos quais podem ser vislumbradas algumas candidaturas presidenciais para a campanha de 2018, a posição do PPS deve ser “programática”, apresentando-se com uma candidatura própria ou apoiando outra candidatura. O importante para o PPS no atual quadro é fortalecer o que torna distinto o seu programa dos projetos que se esgotaram nos governos pós-democratização bem como dos projetos que hoje se anunciam, mas que padecem de um convencimento mais objetivo.

A MULHER NA POLÍTICA

Apresentamos, a seguir extratos da Carta de Brasília 2017, documento final dos encontros realizados com as mulheres integrantes das coordenações estaduais de mulheres do PPS, nos dias 06 e 07 de abril.

No dia 06, a Fundação Astrojildo Pereira patrocinou o Seminário *Mulheres na Política. Medidas alternativas e a garantia de vagas no Parlamento*, que contou com a presença de companheiras de 21 estados e do Distrito Federal, totalizando 40 participantes cadastradas, ocasião em que foi lançada a pesquisa Mulheres do PPS e as eleições de 2016.

No dia seguinte, com a presença em Brasília das mulheres líderes das coordenações estaduais, foi realizado o workshop Propostas para avançar com as mulheres nos parlamentos, reunião para dar a largada às eleições de 2018.

Nossa expectativa é que se verifiquem as resoluções e encaminhamentos das mulheres com o olhar necessário para a transformação do baixo rendimento que temos tido nas eleições. As candidaturas das mulheres do PPS têm ficado a desejar nos resultados eleitorais. Entretanto, com apoio e determinação dos/das dirigentes, sob a responsabilidade do Diretório Nacional, dos presidentes estaduais e municipais, poderemos avançar com lideranças femininas de qualidade nas instâncias de decisão partidárias e na representação parlamentar, além da ocupação de cargos diretivos e gerenciais junto aos organismos governamentais e à sociedade civil.

Carta de Brasília 2017

Mulheres, nosso lugar é na política

Nós, mulheres do PPS, reunidas em Brasília, nos dias 06 e 07 de abril, firmamos a necessidade de sermos mais ousadas na política partidária para vencermos a sub-representação nos parlamentos que, ao contrário de nos unir e nos dar voz e votos, nos torna absolutamente invisíveis na formulação das políticas públicas necessárias ao bem-estar da sociedade brasileira.

Estamos cientes da necessidade de políticas afirmativas para nos levar a ocupar cadeiras nas representações legislativas em todos os níveis federativos. A PEC das Mulheres, que ora tramita na Câmara dos Deputados, pode sofrer algum atraso, mas existem boas chances de aprovação. Sua passagem pelo Senado Federal foi exitosa.

Durante o evento, tivemos oportunidade de apresentar os resultados da pesquisa "As mulheres do PPS nas eleições de 2016" que, para nós que fazemos o dia a dia da política do PPS, não surpreendeu. Confirmou que as mulheres, por possuírem menor capital político, têm menor chance de ter acesso ao financiamento de campanha. Que por ainda serem vítimas de preconceito de gênero em suas próprias agremiações, não evolui a viabilidade de suas candidaturas. Esta é a realidade das candidaturas do PPS e dos demais partidos brasileiros.

Além de garantia de vagas nos parlamentos, contamos que a representação feminina tenha que ser discutida amplamente na Reforma Política que será apresentada brevemente. Não é possível fecharmos os olhos para a falta de paridade entre os sexos dentro do Congresso Nacional que pode ser

mais justo e democrático caso seja mais igualitário. Um avanço mais estruturador nesta área se dará por meio da garantia de listagem de candidaturas que alternem um homem e uma mulher, essa condição nos assegurará uma situação de maior equidade nos parlamentos. No horizonte, esta é a nossa meta.

Sabemos que as mulheres do PPS necessitam de um olhar político mais focado na questão da igualdade de gênero por parte dos dirigentes e militantes, não sabotando sua presença nos espaços de real poder partidário. Os depoimentos "ainda" evidenciam os mesmos obstáculos, conhecidos de todos nós, há anos, e precisam ser superados para que haja maior participação das mulheres na política partidária. Vencê-los é possível:

- garantindo condições estruturais para que mães e pais possam levar os filhos para os espaços da política institucional;
- estimulando a aproximação entre movimentos de mulheres/feministas e partidos políticos;
- promovendo políticas de combate à violência contra as mulheres na política dentro das próprias agremiações partidárias;
- incentivando a construir políticas afirmativas dentro do partido como também para as eleições de 2018 com o objetivo de conquistar mais cadeiras femininas no parlamento;
- garantindo financiamento e investimento na participação da mulher no âmbito partidário;

- promovendo maior diálogo com as mulheres, estabelecendo e fortalecendo relações de proximidade evidenciando a importância do processo de empoderamento feminino;
- lutando pela garantia de financiamento igualitário de campanhas de homens e de mulheres;
- fortalecendo a luta pela adoção da reserva de cadeiras no Parlamento e não somente candidaturas;
- garantindo um planejamento efetivo dos 5% do fundo partidário destinado para programas de participação de mulheres na política com o envolvimento direto da instância partidária responsável pelo segmento de mulheres.

Por sua vez, as candidatas têm que estar orientadas a pensar ações estratégicas para melhor atingir seu eleitorado, começando por ter uma bandeira central para sua proposta. Esperamos das candidatas do PPS, de preferência, uma mobilização em prol dos mais necessitados e do poder das mulheres em transformar a vida das pessoas para melhor, seja atuando nas políticas macros como nas temáticas.

Obrigatoriamente, têm que entrar em campanha selecionando lideranças; identificando apoiadores; identificando incentivadores voluntários; buscando financiadores; programando cronologicamente seu trabalho etc. Assim, ações mais audaciosas, diferentes e também mais estratégicas encontrarão resultados concretos.

Finalmente, sempre lembrando que pertencemos a um partido, historicamente reformista, as mulheres presentes ao

debate, solicitaram especial atenção da bancada parlamentar do PPS sobre alguns pontos que julgam cruciais de serem reformulados no texto da reforma da Previdência, proposto pelo governo Temer. Aqui destacamos os principais:

– manutenção da idade diferenciada entre homens e mulheres, considerando que estas se ocupam muito mais das atividades familiares, conforme já demonstrou o Ipea (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas);

– flexibilização nas regras de transição, de maneira a não penalizar o trabalhador que já está inserido no atual sistema de previdência;

– tratamento diferenciado para trabalhadores em situações distintas de trabalho, o trabalhador rural tem condições diferentes das dos trabalhadores urbanos. Neste caso, medir com a mesma régua os diferentes pode ser fator de aumento de desigualdades;

– empenho do governo para que sejam cobradas as dívidas bilionárias, com a previdência, de instituições como a Bradesco Previdência, a JBS, entre outras;

– restabelecimento do conceito de seguridade social como pacto social, grande conquista da Constituição cidadã, que inclui a assistência, a previdência e a saúde.

Assinam este documento: *Mulheres do PPS reunidas no seminário Mulheres na política, medidas alternativas e a garantia de vagas no Parlamento (realização FAP) e no workshop Propostas para avançar com as mulheres no Parlamento (realização CNM)*

DIRETÓRIOS ESTADUAIS

Diretório Estadual do Acre
site: www.ac.pps.org.br e-mail: ppsac@pps.org.br

Diretório Estadual de Alagoas
site: www.al.pps.org.br e-mail: ppsal@pps.org.br

Diretório Estadual do Amapá
site: www.ap.pps.org.br e-mail: ppsap@pps.org.br

Diretório Estadual de Amazonas
site: www.am.pps.org.br e-mail: ppsam@pps.org.br

Diretório Estadual da Bahia
site: www.ba.pps.org.br e-mail: ppsba@pps.org.br

Diretório Estadual do Ceará
site: www.ce.pps.org.br e-mail: ppsce@pps.org.br

Diretório Regional do Distrito Federal
site: www.df.pps.org.br e-mail: ppsdf@pps.org.br

Diretório Estadual do Espírito Santo
site: www.es.pps.org.br e-mail: ppses@pps.org.br

Diretório Estadual de Goiás
site: www.go.pps.org.br e-mail: ppsgo@pps.org.br

Diretório Estadual do Maranhão
site: www.ma.pps.org.br e-mail: ppsma@pps.org.br

Diretório Estadual do Mato Grosso
site: www.mt.pps.org.br e-mail: ppsmt@pps.org.br

Diretório Estadual do Mato Grosso do Sul
site: www.ms.pps.org.br e-mail: ppsms@pps.org.br

Diretório Estadual de Minas Gerais
site: www.mg.pps.org.br e-mail: ppsmg@pps.org.br

Diretório Estadual do Pará
site: www.pa.pps.org.br e-mail: ppspa@pps.org.br

Diretório Estadual da Paraíba
site: www.pb.pps.org.br e-mail: ppspb@pps.org.br

Diretório Estadual do Paraná
site: www.pr.pps.org.br e-mail: ppspr@pps.org.br

Diretório Estadual de Pernambuco
site: www.pe.pps.org.br e-mail: ppspe@pps.org.br

Diretório Estadual do Piauí
site: www.pi.pps.org.br e-mail: ppspi@pps.org.br

Diretório Estadual do Rio de Janeiro
site: www.rj.pps.org.br e-mail: ppsrj@pps.org.br

Diretório Estadual do Rio Grande do Norte
site: www.rn.pps.org.br e-mail: ppsrn@pps.org.br

Diretório Estadual do Rio Grande do Sul
site: www.rs.pps.org.br e-mail: ppsrs@terra.com.br

Diretório Estadual de Rondônia
site: www.ro.pps.org.br e-mail: ppsro@pps.org.br

Diretório Estadual de Roraima
site: www.rr.pps.org.br e-mail: ppsrr@pps.org.br

Diretório Estadual de Santa Catarina
site: www.sc.pps.org.br e-mail: ppssc@pps.org.br

Diretório Estadual de São Paulo
site: www.pps-sp.org.br e-mail: ppssp@pps.org.br

Diretório Estadual de Sergipe
site: www.se.pps.org.br e-mail: ppsse@pps.org.br

Diretório Estadual do Tocantins
site: www.to.pps.org.br e-mail: ppsto@pps.org.br

Distribuição
PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
SCS Quadra 7, Bloco A, Salas 825 e 828
Edifício Executive Tower
CEP 70307-901 – Brasília-DF
Pátio Brasil Shopping - Setor Comercial Sul
Fone: (61) 3218-4123
www.pps.org.br | pps23@pps.org.br